

EVÂNIO MOURA

CORRUPÇÃO ELEITORAL

**Princípio da Proporcionalidade e
Proteção Jurídica Insuficiente**

Curitiba
Juruá Editora
2018

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	17
INTRODUÇÃO	19
Capítulo I UMA BREVE TEORIA DA CORRUPÇÃO	27
1.1 CONCEITO DE CORRUPÇÃO E SUA INTERFERÊNCIA NA CIDADANIA	27
1.1.1 Corrupção como Problema Econômico, Cultural e Político	35
1.1.2 Tolerância com a Corrupção	45
1.2 CONCEITO JURÍDICO-PENAL DE CORRUPÇÃO	48
1.2.1 Corrupção na Esfera Pública	51
1.2.2 Corrupção nas Relações Privadas	56
1.3 CORRUPÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E COMBATE TRANSNACIONAL	65
1.4 O MOVIMENTO INTERNACIONAL ANTICORRUPÇÃO E AS MEDIDAS REPRESSIVAS TRANSNACIONAIS	68
1.5 CORRUPÇÃO E DIREITOS HUMANOS	79
1.5.1 Direito à Democracia e à Moralidade Administrativa como Direito Humano Fundamental	81
1.5.2 Existe um Direito Humano Anticorrupção?... 86	
Capítulo II CORRUPÇÃO E POLÍTICA	89
2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS FORMAS DE PUNIÇÃO DA CORRUPÇÃO E SUA TIPIFICAÇÃO PENAL NO BRASIL	96
2.2 DO VOTO CENSITÁRIO AO VOTO FRAGMENTADO: UM LONGO CAMINHO	106
2.3 FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS, CONTRIBUIÇÃO PRIVADA E CORRUPÇÃO	113

	2.4	CAIXA DOIS ELEITORAL, LACUNA NORMATIVA E A NECESSÁRIA TIPIFICAÇÃO.....	127
	2.5	FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA E AUSÊNCIA DE REGRAS DE CONFORMIDADE NO CONTROLE INTERNO DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	136
	2.6	CORRUPÇÃO SISTÊMICA E URGÊNCIA NA REALIZAÇÃO DE REFORMA POLÍTICA.....	142
Capítulo III		DOS CRIMES DE CORRUPÇÃO, BEM JURÍDICO TUTELADO E DA CORRUPÇÃO ELEITORAL.....	151
	3.1	DOS CRIMES DE CORRUPÇÃO ATIVA (ART. 333, CÓDIGO PENAL) E CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317, CÓDIGO PENAL).....	153
	3.2	DA NECESSIDADE DE TIPIFICAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO AGENTE PÚBLICO.....	157
	3.3	BEM JURÍDICO PENAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A TIPIFICAÇÃO DE CONDUTAS CORRUPTAS.....	164
	3.4	DA CORRUPÇÃO ELEITORAL.....	169
	3.4.1	Da Compra de Votos e da Configuração da Captação Ilícita de Sufrágio (Art. 41-A da Lei 9.504/1997). Desdobramentos Eleitorais e Penais.....	177
	3.4.2	Corrupção Eleitoral e Corrupção Comum. Semelhanças e Diferenças.....	182
	3.4.3	Desvalor da Conduta do Crime de Corrupção Eleitoral.....	186
Capítulo IV		DOS MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO OU PUNIBILIDADE E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PROPORCIONALIDADE.....	191
	4.1	CONCEITO DOS MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO E A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	193
	4.2	MANDADOS CONSTITUCIONAIS DE CRIMINALIZAÇÃO EXPLÍCITOS.....	197
	4.2.1	Proteção Penal dos Direitos Humanos, Mandados Internacionais Expressos de Criminalização e a Proibição do Retracemento.....	202
	4.3	MANDADOS CONSTITUCIONAIS DE CRIMINALIZAÇÃO IMPLÍCITOS E A	

	CORRUPÇÃO ELEITORAL (ART. 299, CÓDIGO ELEITORAL).....	206
	4.3.1 Os Mandados Internacionais Implícitos de Criminalização	211
4.4	A PROPORCIONALIDADE COMO CRITÉRIO DE CONTROLE DAS NORMAS PENAIS	212
	4.4.1 Princípio Constitucional Implícito da Proporcionalidade	217
	4.4.1.1 Antecedentes históricos do princípio da proporcionalidade ...	221
	4.4.1.2 Princípio da proporcionalidade e o devido processo legal	223
	4.4.1.3 Subprincípios da proporcionalidade ou princípios parciais e a adequada criminalização da corrupção eleitoral como desdobramento da proporcionalidade	225
	4.4.1.4 Críticas doutrinárias ao princípio da proporcionalidade.....	228
	4.4.2 Diferença entre Proporcionalidade e Razoabilidade na Teoria dos Direitos Fundamentais.....	231
4.5	DESproporção: A DUPLA FACE DA INOBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE. PROIBIÇÃO DO EXCESSO PUNITIVO E PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO PENAL INSUFICIENTE	232
	4.5.1 Da Proibição do Excesso Punitivo.....	233
	4.5.2 Da Proteção Jurídica Deficiente.....	237
Capítulo V	COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL COM O NECESSÁRIO PREENCHIMENTO DE LACUNAS DE PUNIBILIDADE PARA PROTEGER RELEVANTES BENS JURÍDICOS.....	243
5.1	DA GRAVIDADE DO CRIME DE CORRUPÇÃO ELEITORAL, BEM JURÍDICO VIOLADO E CONSEQUÊNCIAS DA INEXISTÊNCIA DE ELEIÇÕES LIVRES.....	246
5.2	DA NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL VIGENTE COM A EDIÇÃO DE NORMAS DISPENSANDO ADEQUADO TRATAMENTO ÀS PRÁTICAS PROPULSORAS DA CORRUPÇÃO ELEITORAL	251

5.2.1	Da Tipificação da Apropriação de Recursos do Financiamento Eleitoral (Art. 354-A do Código Eleitoral Inserido pela Lei 13.488/2017): Um Novo Crime Para Tentar Coibir Velhas Práticas.....	255
5.2.2	Da Necessidade de Preenchimento de Lacuna de Punibilidade com a Tipificação da Conduta Definida como Caixa Dois Eleitoral	259
5.2.3	Da Necessidade de Tipificação da Gestão Temerária de Recursos do Fundo Partidário e Adoção de Regras de Compliance no Âmbito dos Partidos Políticos.....	262
5.2.4	Imprescindibilidade da Reforma Política com a Diminuição da Fragmentação Partidária e Adequada Prestação de Contas dos Recursos Obtidos para o Financiamento Partidário e Eleitoral	265
5.3	O PLS 236/2012 (NOVO CÓDIGO PENAL) E A PROTEÇÃO DEFICIENTE DA DEMOCRACIA AO CRIMINALIZAR CORRUPÇÃO ELEITORAL COM A FIXAÇÃO DE PENAS DESPROPORCIONAIS	266
5.4	DA NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA DO ART. 299 DO CÓDIGO ELEITORAL EVITANDO A PROTEÇÃO DEFICIENTE DE RELEVANTE BEM JURÍDICO PENAL.....	270
5.5	PROTEÇÃO DE DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL. DEBATE INTERNACIONAL OBJETIVANDO TRANSFORMAR A CORRUPÇÃO EM CRIME CONTRA A HUMANIDADE. NECESSIDADE DE MELHOR DISCUSSÃO DO TEMA	274
	CONCLUSÃO	281
	REFERÊNCIAS	291
	ÍNDICE REMISSIVO.....	299